

Sarney diz que existe liberdade

Arena mobilizada contra convocação

Da Sucursal de
BRASILIA

Embora o assunto não tenha sido considerado questão fechada pela direção nacional da Arena, a bancada governista na Câmara deverá votar hoje maquiçadamente contra a convocação do ministro da Justiça, solicitada pela liderança do MDB.

Na primeira reunião da bancada arenista, promovida na semana passada, o problema da convocação não chegou a ser discutido como queriam muitos deputados que divergiam da orientação adotada por José Bonifácio. A liderança conseguiu dirigir os trabalhos como bem entendeu, evitando que os parlamentares discutissem a conveniência ou não da presença de Armando Falcão no plenário na Câmara.

Para a liderança, o requerimento do MDB era uma posição de desafio pois pretendia julgar os atos do governo, ficando assim criado um problema político-institucional. Os poucos que reclamaram da orientação de José Bonifácio — Antonio Mariz, Norton Macedo e Santos Filho — não puderam defender seus pontos de vista com clareza. Mariz acusou o partido de fornecer apenas "verdades reveladas", não permitindo que a bancada "procurasse a verdade". Mesmo assim, os três anunciaram posteriormente que votariam de acordo com a decisão tomada, pela rejeição do requerimento.

Para a votação de hoje, os dois partidos mobilizaram todas as suas forças. A liderança da Arena chegou a expedir quatro tipos de telegramas para cada deputado, enviados para sua residência em Brasília, para a residência nos Estados, para o gabinete na Câmara e para as comissões técnicas. Embora inferiorizada numericamente, a bancada oposicionista mobilizou todos os parlamentares para oferecer uma prova

de unidade e coesão na tarde de hoje.

Falcão

Sendo rejeitado hoje o requerimento de convocação, o ministro Armando Falcão poderá, finalmente, retribuir a visita que lhe foi feita pela Comissão de Justiça da Câmara e participar de uma reunião da bancada governista. Segundo José Bonifácio, o ministro da Justiça não fizera isso antes para não provocar comentários sobre a possibilidade de coação junto aos representantes da Arena.

Ao mesmo tempo, tudo indica que a bancada do MDB já desistiu da criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as denúncias de violação dos direitos humanos e desaparecimento de presos políticos. O partido está convencido de que a Arena cuidaria de esvaziar rapidamente a CPI, impedindo que se conseguisse algum resultado prático. Também não deverá ser criada a comissão especial de deputados e senadores oposicionistas para se avistar com o presidente Geisel. Ao MDB restará apenas a alternativa de denunciar da tribuna todas as violações dos direitos humanos e pedir providências ao governo.

Carta

Por sua vez, familiares dos presos relacionados na nota do ministro da Justiça, divulgada há quase dois meses, enviaram carta aos presidentes do Senado e da Câmara, senador Magalhães Pinto e deputado Celso Borja, e a mais 40 parlamentares da Arena e MDB, declarando-se insatisfeitos com as informações.

A íntegra da carta é a seguinte:

"Os familiares de presos políticos desaparecidos não poderiam calar diante das últimas notícias dos debates no Legislativo sobre a sorte de seus entes queridos.

Particularmente, nos surpreendeu o pronunciamento do sr. deputado José Bonifácio de Andrade, pois sua forma atingiu profundamente nossa sensibilidade no momento crucial pelo qual estamos passando. Causa-nos espécie que um representante do povo queira atingir o profundo sentido de humanidade do brasileiro, comprovado em tantos episódios históricos da vida nacional, conhecido e decantado internacionalmente, para transformá-lo num elemento de co-responsabilidade na transgressão dos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário. Esperamos, e isto para nós é importante, que os demais representantes pela Arena, não endossassem uma posição que é o oposto ao que ansiamos hoje de todos os brasileiros: uma palavra de conforto e esperança na nossa angústia.

Queremos pedir vênias para dizer neste momento, com a responsabilidade que nos cabe, que é impossível nos satisfazermos com a nota sucinta e fria do sr. ministro da Justiça, mesmo porque, ela está longe de corresponder às esperanças que nos despertou o encontro com o general Golbery do Couto e Silva, concedido para nós por interferência da CNBB, onde o diálogo foi franco, aberto e humano, e no qual fornecemos todos os dados necessários à elucidação dos fatos.

Depois de meses e meses de luta, de "tantas portas batidas", como disse o ilustre escritor e editorialista Tristão de Atayde, de tantas sensações de revolta, choro, de inconformação, sem que nenhuma informação concreta sobre o local onde se encontram e o estado atual de nossos familiares nos seja fornecida pelas autoridades, acreditamos que a maioria dos representantes da Arena unam-se aos deputados da oposição que tão bem sabem sabido corresponder aos anseios do povo brasileiro que no momento são de fraternidade e concordia para um grande período de paz".

Da Sucursal de
BRASILIA

O senador José Sarney (Arena-MA) afirmou ontem no Senado que a divulgação pela imprensa dos debates parlamentares travados nas casas legislativas desde o início da atual legislatura, "com reflexos constantes nas universidades brasileiras", é a prova evidente de que não existe o cerceamento da liberdade, "várias vezes denunciado pelos integrantes da bancada do MDB".

Intervindo no debate e comentando as denúncias de prisões arbitrárias e de violências contra presos políticos, o líder da Arena, senador Petrólio Portella, considerou improcedente a atitude da oposição, ao criticar o governo, pois "não cabe a ele assumir a responsabilidade por fatos ocorridos nos porões da administração". Portella prometeu ainda trazer a plenário os esclarecimentos solicitados pelo líder da oposição, há 30 dias, sobre as torturas que teriam sido aplicadas ao filho do general Pedro Celestino, conforme denuncia feita pelo oficial em carta ao presidente nacional do MDB.

Franco Montoro, no entanto, mesmo reconhecendo os esforços do governo em restituir ao País "a reclamada normalidade democrática", apontou as prerrogativas do presidente da República de decretar o processo do Congresso Nacional e das demais casas legislativas estaduais ou municipais, excluída a apreciação judicial, bem como o poder que lhe é conferido pelo AI-5 de cassar mandatos e demitir quem quer que seja, como uma prova de que "acima da normalidade existe o arbítrio".

Petrônio Portella, por sua vez, reforçando os argumentos de José Sarney, não negou a existência dos instrumentos de exceção que figuram paralelamente à Constituição. Alegou, no entanto, que "o governo não se afasta do ético, razão pela qual não se pode temer qualquer arbitrariedade por parte de seus dirigentes". E o próprio senador José Sarney, citando a Inglaterra, Japão e os Estados Unidos, declarou que "em nenhum país a contestação ao regime é tolerada, dispondo ele ou não de atos de exceção". Para ele, os instrumentos excepcionais de que dispõe o chefe do governo são necessários no atual momento de transição, "mas que deverão ser esquecidos pois somente em casos extremos será utilizado".

Brossard

O debate de ontem foi iniciado com o discurso do senador Paulo Brossard criticando os termos de declarações contra ele prestadas na véspera pelo senador Petrólio Portella. "Venho a esta tribuna — iniciou — profundamente chocado com a brutalidade da agressão, com o insolito da agressão praticada contra mim pelo líder do governo. Tão brutal, tão injustificada, tão imotivada que sou obrigado, a contragosto, a vir a esta tribuna".

Paulo Brossard, comentando as declarações que prestou em São Paulo no fim de semana e que deram origem àquela "agressão", reconheceu que, realmente, conversou durante quatro horas e meia com os jornalistas nessa cidade e que "justificadamente", algumas afirmações, forçadas pela própria extensão do texto, foram publicadas com algumas imperfeições, "cuja gravidade, qualquer pessoa em sã consciência, poderia admitir terem sido de uma interpretação incorreta". Citou um trecho criticado por Petrólio Portella de que "o MDB seria antes das eleições de

15 de novembro a pior coisa existente no mundo". "Creio — afirmou — estar exonerado de dizer que houve uma evidente imprecisão, inexatidão, sei lá o que. Suponho que nenhuma das pessoas que me conhece poderia supor que houvesse dito isso".

Repelindo outros termos com que Petrólio Portella o atingiu da tribuna, Brossard reclamou das insinuações de que seu primeiro discurso se caracterizara pelo plágio de antigos pronunciamentos. Lembrou que sua oração "nada mais foi do que uma reconstituição histórica, sobre a qual não existe dúvida, além das divergências naturais que possam existir nas conclusões".

O senador aproveitou a oportunidade para reiterar a "coerência de atitudes que tem marcado minha vida pública". Sobre as críticas que teria feito ao ex-governador Ildo Meneghetti, da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Brossard declarou que, realmente, as fez e as sustenta até hoje. Disse, ainda, que ao ser convidado para integrar a Secretaria do Interior e Justiça, daquele governo, ponderara que alguns problemas, alvos de críticas anteriores, ainda persistiam, e alegou que não se achava à vontade para assumir a cadeira de secretário de Estado de um governador que tinha sido por ele atingido. Entretanto, como o próprio governador Meneghetti reconheceu a procedência das críticas, recebeu-o para integrar a sua equipe de governo. "De minha parte — frisou — não houve qualquer recuo. Mesmo porque nada justificava a alteração de meu comportamento, o que, absolutamente, significava uma posição inflexível, pois várias vezes alterei meu ponto de vista sem que tal transformação configurasse quebra na retidão de minhas atitudes".

Ironia

Paulo Brossard aproveitou o tema para lembrar o episódio de 1.º de abril de

1964 quando a indefinição do quadro político permitiu que o então governador do Piauí, Petrólio Portella, dirigisse telegrama de apoio ao presidente João Goulart. O senador disse que, "por delicadeza", não inserira em seu primeiro discurso aquele episódio que demonstrava "estranho comportamento" de quem o criticava agora por fatos não comprovados.

Na véspera, citando como exemplo de um comportamento arbitrário que Paulo Brossard teria adotado quando secretário de Interior e Justiça no seu Estado, Portella acusou-o de não cumprir um mandato judicial. Paulo Brossard, entretanto, acusou o líder do governo de trazer a público um "fato falso". E provou que aquele episódio fora trazido pelo líder do governo de forma errônea, já que o fechamento de uma emissora no Rio Grande do Sul, depois sustado pela liminar do Tribunal de Justiça do Estado, foi mantida. "Receusei-me — explicou — a cumprir uma liminar expedida por um juiz da Fazenda Pública quando, na realidade, o secretário de Estado tem foro privilegiado. Após concedida, aquela medida pelo tribunal, acatei-a imediatamente, embora dispusesse de quatro dias para fazê-lo. Mais tarde, apreciando o mérito e contra um voto apenas, o Tribunal manteve minha decisão. Jamais, portanto, deixei de cumprir uma decisão judicial. A informação é falsa".

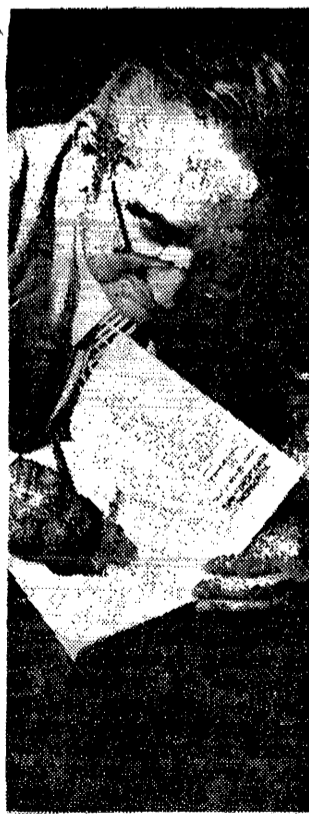
Senzala

Outra declaração publicada nos jornais e que provocou protestos não só de Petrólio Portella como também dos senadores Jarbas Passarinho e José Sarney — de que senadores e deputados estão confinados a uma espécie de senzala política —, foi esclarecida por Brossard como uma interpretação sem as conotações que se pretendia dar. Considerou o termo "aspero", mas admitiu estar "confinado a uma espécie de senzala política, onde 100 milhões de pessoas vivem sem direito às garantias básicas,

sob um regime discricionário, por causa de meia dúzia de fanáticos que se dedicam à guerra revolucionária".

A afirmação gerou novo debate do qual participaram os senadores Paulo Guerra e Leite Chaves provocando discussões paralelas em torno da anormalidade institucional. Franco Montoro, com o apoio de sua bancada, sustentou a necessidade de serem evitadas as distorções na vida pública que motivaram as críticas feitas, e voltou a demonstrar que "a primeira das garantias firmadas na Constituição brasileira, afirmada na Declaração Universal dos Direitos do Homem, é que nenhum ato pode escapar à apreciação do Poder Judiciário. "E esta — frisou — é uma das garantias fundamentais para a ordem jurídica. Reconhecemos a intenção do governo, mas não podemos deixar de denunciar a existência da anormalidade e de reclamar a restituição das prerrogativas ao Poder Judiciário".

José Sarney, nessa altura, reagindo às insinuações, indagou do líder do MDB: "Que ditadura é essa no Brasil em que não há ditador? Em que a oposição ganha eleições? Que ditadura é essa que aceita todo tipo de críticas?".



Jornalista
lança livro
sobre 64

Da Sucursal de
BRASILIA